



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

**TRAJETÓRIAS NÃO REPRODUTIVAS EM TRÊS GERAÇÕES DE PORTUGUESES: INCIDÊNCIA,
CIRCUNSTÂNCIAS, OPORTUNIDADE**

CUNHA, Vanessa

Doutor em Sociologia da Família e da Vida Quotidiana

Instituto de Ciências Sociais da UL

vanessa.cunha@ics.ul.pt

Resumo

Foram vários os países europeus que chegaram ao século XXI com baixos níveis de fecundidade e alguns viram o indicador diminuir ainda mais na última década, como foi o caso de Portugal.

O adiamento da maternidade e a diminuição das descendências têm explicado em grande medida este declínio, mas a verdade é que alguns países registam uma incidência crescente de infecundidade (*childlessness*): mulheres que, voluntária ou involuntariamente, não têm filhos. Em Portugal este fenómeno tem sido pouco expressivo, se bem que importa perguntar se não estará o cenário em mudança.

Já se sabe que períodos de recessão económica e de pessimismo face ao futuro, como é este que enfrentamos atualmente, têm um impacto negativo na fecundidade, tendendo a promover comportamentos reprodutivos defensivos. É de esperar, portanto, que as coortes jovens em idade reprodutiva adiem a parentalidade aumentando o risco de infecundidade involuntária. Mas também é expectável que, como vem acontecendo noutros países, não ter filhos constitua crescentemente uma opção, uma oportunidade de investimento em outras esferas da vida.

A partir de resultados de uma investigação extensiva, desvendamos as trajetórias não reprodutivas de mulheres e homens portugueses de três gerações. A análise da incidência (*efetiva* para as duas gerações mais velhas, *estimada* para a mais nova) e das circunstâncias que determinam a infecundidade confirmam a relevância de apreender o fenómeno de uma perspectiva geracional e de género.

Abstract

Several European countries came into the 21st century with low fertility levels. And some of them, such as Portugal, recorded a further decline during the last decade.

Childbearing postponement and smaller parities have explained this decline to a great extent, but some countries also record a growing incidence of childlessness: women that voluntarily or involuntarily don't have children. In Portugal, this phenomenon has been rather marginal, but it's important to ask if we are facing a changing scenario.

It's already acknowledged that periods of economic recession and pessimism regarding the future – like the one we are experiencing at the moment – have a negative impact on fertility and tend to promote defensive reproductive behaviors. Thus, it's expectable that young cohorts at reproductive age will postpone childbearing even more, increasing the risk of involuntary childlessness. But it is also expectable that, like it's happening in other countries, childlessness is progressively becoming a choice, an opportunity to invest in a childfree lifestyle.

Drawing from data of an extensive national research, this paper gives account of the (un)reproductive trajectories of Portuguese men and women from three generations. The analyses of the incidence (*effective* for the two older generations, *estimated* for the younger one) and of the circumstances that determine childlessness confirm the relevance of apprehending this phenomenon from a generational and gender perspective.

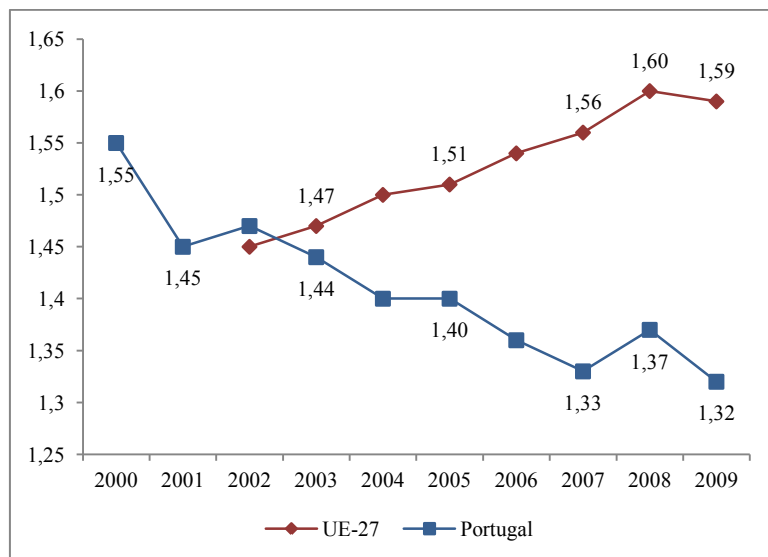
Palavras-chave: Fecundidade portuguesa; infecundidade; gerações; género; aproximação extensiva.

Keywords: Portuguese fertility; childlessness; generations; gender; extensive approach.

[PAP0385]

1. A (in)fecundidade na sociedade portuguesa: um cenário em mudança?

A presente comunicação tem como pano de fundo a questão da fecundidade portuguesa, que na primeira década do século XXI registou um declínio ininterrupto, aliás em contraciclo com a tendência europeia de recuperação do indicador, de tal forma que em 2009 atingiu um dos valores mais baixos da União Europeia a 27: 1,32 filhos por mulher em idade fértil (gráfico 1).



Fonte: Eurostat

Gráfico 1 – Evolução do ISF (Portugal e UE-27, 2000-2009)

Contudo, a fecundidade portuguesa particulariza-se no contexto europeu, mesmo quando se compara com os restantes países da Europa do Sul. Por um lado, regista-se uma baixa incidência do *padrão tardio* de constituição da vida familiar (Billari, 2004), pois a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho é ainda inferior a 30 anos (28,9 anos, em 2010). O adiamento da transição para a parentalidade tem sido protagonizado sobretudo pelos indivíduos mais escolarizados. Por outro lado, regista-se também uma baixa incidência de infecundidade, ou seja, de mulheres que chegam ao final do período fértil sem filhos. Com efeito, como demonstrou Frejka (2008) ao comparar as descendências finais das mulheres nascidas na primeira metade dos anos 60 num conjunto alargado de países europeus, apenas 5% das portuguesas não tiveram filhos. Para percebermos o significado deste número, importa referir que em Itália, onde a fecundidade também tem sido persistentemente baixa nas últimas décadas, 24% das mulheres da coorte de 1965 não tiveram filhos. E mesmo em países com níveis relativamente elevados de fecundidade no contexto atual – como a França ou a Suécia – a proporção de mulheres que não fizeram a transição para a maternidade situou-se entre 10 e 15%.

Por que é que é importante sublinhar esta singularidade? Porque ela é reveladora de que a sociedade portuguesa, até recentemente, se tem mantido à margem do que se pode considerar uma tendência demográfica consistente em vários países europeus: o aumento do fenómeno da infecundidade voluntária e involuntária (González & Jurado-Guerrero, 2006). No entanto, importa perguntar se não estará este cenário em mudança, ou seja, se as coortes mais jovens, atualmente em idade reprodutiva, não virão a ser, por *escolha ou circunstância* (Carmichael & Whittaker, 2007), mais infecundas.

Como constatou McDonald (2002/3), é frequente as famílias adotarem estratégias de *aversão ao risco* em períodos de recessão económica, o que, em matéria reprodutiva, se consubstancia no adiamento de um nascimento desejado, ou mesmo no abandono desse projeto, com óbvias consequências nos níveis de fecundidade. Ora, na atual conjuntura recessiva e de insegurança face ao futuro, o acesso dos indivíduos ao *pacote de condições* que hoje em dia se consideram essenciais para ter filhos (González & Jurado-Guerrero, 2006) está seriamente comprometido, pelo que o adiamento a médio prazo da parentalidade, “à espera de melhores dias”, pode refletir-se no aumento da infecundidade involuntária.

Por outro lado, nas sociedades contemporâneas a diluição da normatividade e do controlo social é acompanhada pela crescente diversificação dos percursos biográficos e familiares. Neste contexto, faz sentido que não ter filhos passe a ser uma opção de vida crescentemente assumida, nomeadamente quando essa escolha constitui uma oportunidade de investimento noutras esferas, como seja a profissional (Hakim, 2003). Se bem que na sociedade portuguesa o ideal da parentalidade seja ainda amplamente valorizado (Cunha, 2007; Wall, Aboim e Cunha, 2010), investigações recentes de natureza mais exploratória têm procurado desvendar o fenómeno da infecundidade voluntária: os seus processos de construção, a solo ou em casal; as motivações subjacentes e a sua estabilidade ao longo do tempo; a perceção da desaprovação social e do apoio familiar em relação a uma opção de vida que ainda destoa da norma (Barros, 2009; Manteigas, 2011).

2. Trajetórias não reprodutivas: género e gerações em análise

Ora, a nossa proposta é a de dar conta da infecundidade na sociedade portuguesa a partir de uma aproximação extensivaⁱ. Em análise estão as trajetórias reprodutivas de homens e mulheres de três gerações nascidas no decurso do século XX: a mais velha, na segunda metade dos anos trinta (1935-40); a do meio, na primeira metade dos anos cinquenta (1950-55); e a mais nova, na primeira metade dos anos setenta (1970-75). São, portanto, gerações que fizeram a transição para a vida adulta em momentos distintos da história política e social portuguesa, pautados por condições materiais de existência, constelações de valores sobre a vida familiar e mesmo contextos contraceptivos também eles distintivos.

Mais concretamente, analisa-se a incidência e as circunstâncias da infecundidade nas gerações. Uma infecundidade efetiva no caso das duas gerações mais velhas, mas potencial (estimada) no caso da mais nova, já que estes homens e estas mulheres – que à data da inquirição tinham entre 35 e 40 anos – estão ainda em idade reprodutiva.

Ora quando mapeamos as trajetórias reprodutivas até aos 35 anosⁱⁱ, a partir de indicadores clássicos de intensidade e de calendário da fecundidade, a tendência no sentido da diminuição e do adiamento dos nascimentos não podia ser mais clara.

De forma abreviada podemos dizer que as trajetórias reprodutivas da geração mais velha se caracterizam pela transição extensiva para a parentalidade até aos 35 anos, pelas descendências numerosas e pelos nascimentos próximos. As trajetórias reprodutivas da geração do meio também se caracterizam pela transição extensiva para a parentalidade, mas agora ligada a um adiamento dos nascimentos de 2^a e 3^a ordem – sinal de uma vigilância contraceptiva mais eficaz – e à consolidação das descendências de 2 filhos. Já as trajetórias reprodutivas da geração mais nova caracterizam-se pelo adiamento ainda mais intenso dos nascimentos de 2^a ordem, pela incidência das descendências de filho único, mas também pelo adiamento da transição para a parentalidade. Com efeito, os níveis de infecundidade aos 35 anos (gráfico 2) aumentaram de 9% na geração mais velha, para 12% na geração do meio e para 22% na geração mais nova. E a infecundidade masculina aos 35 anos é, então, muito superior à feminina, tendência já registada na geração de 1950-55.

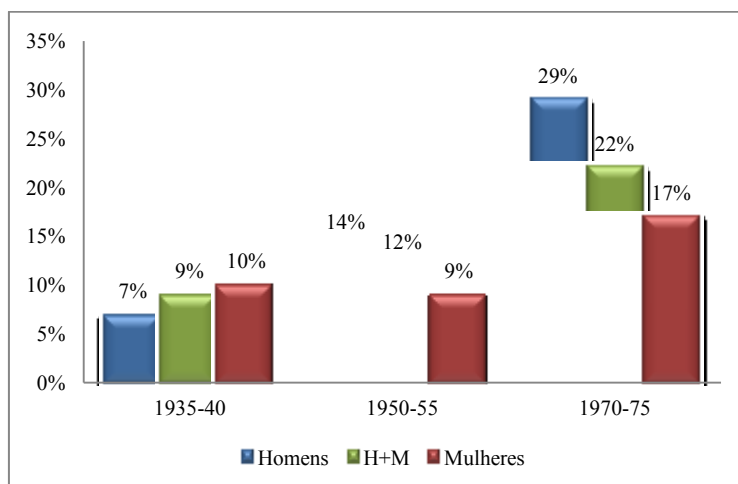


Gráfico 2 – Infecundidade aos 35 anos, por geração e sexo (%) – ITFRSⁱⁱⁱ

2.1. Infecundidade aos 35 anos: adiamento da parentalidade ou infecundidade permanente?

Importa perceber então, nomeadamente em relação à geração mais nova, se este nível de infecundidade aos 35 anos reflete apenas o adiamento mais intenso da parentalidade das coortes atualmente em idade reprodutiva, ou é sintoma de um aumento dos níveis de infecundidade permanente.

Ora, quando comparamos os níveis residuais de transição tardia para a parentalidade (> 35 anos) nas duas gerações mais velhas, com os níveis estimados para a geração mais nova (tendo em conta as suas intenções reprodutivas atuais^{iv}), verificamos que há claramente um adiamento em marcha, mais marcado para os homens do que para as mulheres (gráfico 3): 16% dos homens e 8% das mulheres já fizeram ou ainda contam fazer essa transição depois dos 35 anos.

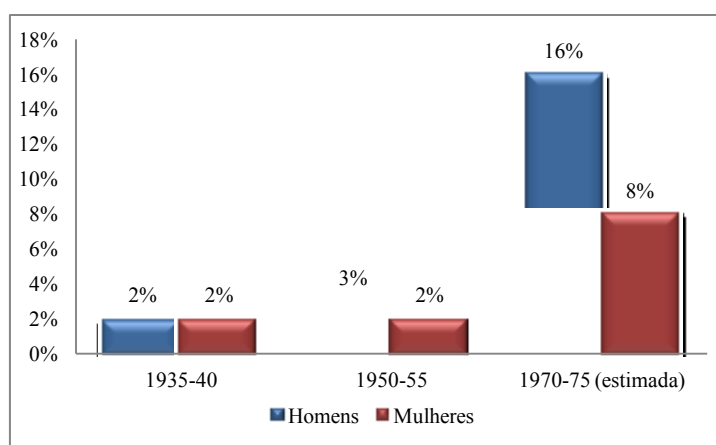


Gráfico 3 - Transição tardia para a parentalidade (> 35 anos), por geração e sexo (% da transição total) - ITFRS

No entanto, como se pode observar (gráfico 4), a recetividade masculina à parentalidade tardia não é suficiente para travar o que parece constituir outra tendência em marcha: o aumento da infecundidade permanente dos homens, já constatado na geração de 1950-55 e estimado para a geração de 1970-75. O mesmo não se verifica em relação às mulheres desta geração: se bem que a recetividade feminina à parentalidade depois dos 35 anos seja bem menor do que a masculina, os níveis de transição por elas já realizados permitem estimar uma infecundidade final igual à da geração de 1935-40. Há, portanto, alguma estabilidade do indicador no feminino.

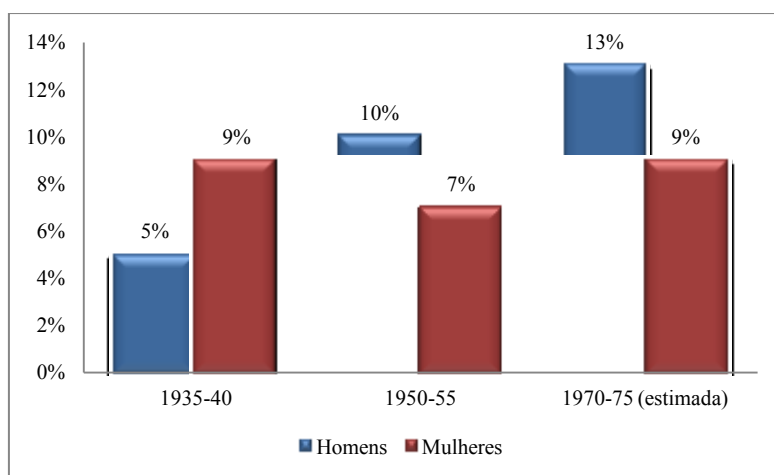


Gráfico 4 – Infecundidade permanente, por geração e sexo (%) – ITFRS

2.2. As circunstâncias da infecundidade nas gerações

Que circunstâncias ditaram a infecundidade das gerações mais velhas e que circunstâncias desenham a infecundidade potencial da geração mais nova?

Para além da reconhecida associação entre o celibato (e pretense impacto da infertilidade conjugal) e o fenómeno da infecundidade nas sociedades tradicionais, a verdade é que pouco se sabe acerca das decisões reprodutivas que marcavam as trajetórias de vida dos indivíduos em contexto de forte recetividade à parentalidade “legítima” (no quadro do matrimónio) e de incipiente controlo contraceutivo.

Ora, no inquérito havia uma questão dirigida aos indivíduos das duas gerações mais velhas^v, para identificarem as razões que contribuíram para o fato de não terem tido filhos; e outra, idêntica, para os indivíduos da geração mais nova, para identificarem as razões que levam presentemente à recusa ou a adiamento intenso da parentalidade.

Como se pode constatar no quadro seguinte, as razões recobriam 5 grandes tipos de circunstâncias: “incerteza financeira e profissional”; “conciliação família-trabalho”; “desvantagens internas” (psicológicas, biológicas, saúde); “dinâmica conjugal”; “resistência à parentalidade”. E os inquiridos tinham que se posicionar em relação a todas as razões mapeadas, declarando de que forma cada uma contribuiu/contribuiu para não terem filhos^{vi}.

Começando por referir as razões que mais diferenciam as gerações^{vii}, verifica-se que foram circunstâncias de foro mais pessoal que conduziram à infecundidade das gerações mais velhas, entre as quais esteve, como era expetável, a infertilidade (18%). Todavia, os problemas na relação conjugal também constituíram uma razão importante para não ter filhos nessa geração (16%). E este é um dado muito interessante, pois revela que a qualidade da relação, como condição para o acolhimento da parentalidade, não estava completamente ausente, mesmo – como já referimos – num contexto normativo e contraceutivo fortemente propício à fecundidade conjugal.

Já em relação à geração mais nova, é a incerteza e a precariedade financeira e profissional, assim como as dificuldades a nível da conciliação – em grande medida pela escassez de apoios públicos –, que marcam o adiamento da parentalidade ou a intenção expressa de não ter filhos. Tal como referiram González e Jurado-Guerrero (2006) ou Billari (2004) estas são condições chave para se aceder à parentalidade nas sociedades contemporâneas.

Mas se estas são as circunstâncias que diferenciam o fenómeno nas gerações, outras há que não marcam diferenças significativas e que, por esse fato, importa também conhecer. Por um lado, temos razões que, pesando de igual modo nas gerações, revelam que há constrangimentos e oportunidades que não marcam apenas as trajetórias não reprodutivas da geração mais nova, como poderíamos supor. Falamos em concreto da exigência da atividade profissional, que retira tempo e disponibilidade para um projeto parental; ou ainda

a ausência de interesse pela parentalidade, ou seja, a infecundidade manifestamente voluntária. Por outro lado, a razão que mais pesa na experiência ou na antecipação da infecundidade é, afinal, o fato de não estar com ou não ter encontrado a pessoa certa para ter filhos. A conjugalidade continua, assim, a exercer um papel determinante no acesso à parentalidade.

Razões que contribuíram/contribuem “bastante” ou “muito” %	Gs + velhas	G + nova
Incerteza financeira e profissional		
<i>Despesas elevadas com a educação dos filhos</i>	9	27
<i>Situação profissional pouco estável</i>	6	20
<i>Dificuldades financeiras (presentes e/ou antecipadas)</i>	6	19
Conciliação família & trabalho		
<i>Falta de incentivos públicos para ter filhos (creches, apoio financeiro)</i>	14	21
<i>Trabalho muito exigente (falta de tempo, disponibilidade)</i>	19	20
<i>Falta de ajudas familiares para ter filhos (ter alguém com quem contar)</i>	6	15
Desvantagens internas (psicológicas, biológicas, saúde)		
<i>Idade avançada para ter filhos</i>	23	7
<i>Problemas de saúde</i>	18	4
<i>Problemas de fertilidade</i>	18	4
<i>Má experiência com um aborto (só mulheres)</i>	3	4
<i>Não se sente preparada para passar pela gravidez/parto (idem)</i>	3	4
Dinâmica conjugal		
<i>Cônjuge não quer ter filhos</i>	7	10
<i>Problemas na relação com o cônjuge</i>	16	3
<i>Não está com a pessoa certa OU não encontrou a pessoa certa</i>	44	33
Resistência à parentalidade		
<i>Os filhos perturbam a relação íntima do casal</i>	5	16
<i>Ser pai/mãe não é/era um objetivo na vida</i>	14	15
<i>A vida pessoal/familiar está bem assim, um filho viria destabilizar</i>	9	12
<i>Ainda não chegou o momento, só quer ser pai/mãe mais tarde</i>	-	13

Quadro 1 – Circunstâncias da infecundidade nas gerações – ITFRS

3. Comentários e interrogações finais

E passando já aos comentários finais, importa destacar, justamente, esta associação persistente entre celibato e infecundidade: apesar de todas as mudanças no sentido da informalização da vida familiar e da maior individualização dos projetos de parentalidade (Cunha, 2010), ter filhos continua a fazer sentido para os indivíduos no quadro de uma conjugalidade estável.

Outro comentário prende-se com a análise das circunstâncias da infecundidade nas gerações: se o celibato e a infertilidade pesaram nas experiências das mais velhas, não foram só estas circunstâncias que a ditaram, pelo que importa aprofundar a reflexão acerca da construção das trajetórias reprodutivas e não reprodutivas dessas gerações; por outro lado, se os custos diretos e indiretos da parentalidade estão na base das decisões reprodutivas da geração mais nova, outras circunstâncias também conduzem ou podem conduzir à infecundidade, circunstâncias essas que parecem ditar mais a emergência de um *padrão tardio* (Billari, 2004) do que a oportunidade de ter um estilo de vida *childfree* (Hakim, 2003).

E termino, justamente, com uma interrogação: se não estará subavaliado este cenário de infecundidade potencial da geração de 1970-75 que traçámos, tanto para homens (que se estima que aumente em relação às gerações anteriores) como para mulheres?

- 1) Por um lado, no contexto atual de crise, pela agudização da incerteza e da precariedade, que poderão potenciar os custos diretos e indiretos da parentalidade e que, estão, afinal, no âmago das decisões reprodutivas (McDonald, 2002/3);
- 2) Por outro lado, pelo compasso de espera no final do período reprodutivo feminino, com impacto direto na fecundidade das mulheres e indireto (por via da conjugalidade) na dos homens;

- 3) Por fim, se não estamos perante intenções expressas, elas mesmo irrealistas, à luz da experiência reprodutiva das gerações anteriores: atendendo aos níveis marginais de transição tardia para a parentalidade para homens e mulheres (somente 2% foram pais e mães depois dos 35 anos); e ao peso que a infertilidade deteve na infecundidade dessas gerações (18% dos indivíduos reportaram essa circunstância).

O adiamento da parentalidade na geração mais nova, por *escolha ou circunstância*, mas necessariamente cúmplice de uma certa confiança em relação à possibilidade de recuperar mais tarde (manifestada em especial pelos homens), pode também estar a adiar o confronto com essa realidade.

Referências bibliográficas

- Barros, M. (2009). *Ser quem sou: o projecto da não-maternidade*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- Billari, F. (2004). Becoming an adult in Europe: a macro(/micro)-demographic perspective, *Demographic Research*, S3(2), 15-44.
- Carmichael, G. & Whittaker, A. (2007). Choice and circumstance: Qualitative insights into contemporary childlessness in Australia, *European Journal of Population*, 23, 111–143.
- Cunha, V. (2007). *O Lugar dos Filhos: Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, V. (2010). Projectos de Paternidade e a Construção da Fecundidade Conjugal. In Wall, K., Aboim, S. & Cunha, V. *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: CITE.
- Frejka, T. (2008). Parity distribution and completed family size in Europe: incipient decline of the two-child family model?, *Demographic Research*, 19(4), 47-72.
- González, M.-J. & Jurado-Guerrero, T. (2006). Remaining childless in affluent economies: a comparison of France, West Germany, Italy and Spain, 1994–2001, *European Journal of Population*, 22, 317–352.
- Hakim, C. (2003). A New Approach to Explaining Fertility Patterns: Preference Theory, *Population and Development Review*, 29(3), 349-374.
- Manteigas, C. (2011). *O Projecto de Não-Maternidade por Opção: Percursos, Circunstâncias e Estabilidade*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL.
- McDonald, P. (2002/3). Sustaining fertility through public policy: the range of options, *Population*, 57, 417-446.
- Wall, K., Aboim, S. & Cunha, V. (2010). *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: CITE.

Notas

ⁱ Os dados procedem do inquérito aplicado em Portugal Continental em 2009/2010, a uma amostra representativa de 1500 indivíduos das três gerações (500 em cada geração). Este inquérito é parte integrante do projeto de investigação do ICS-UL “Trajectórias Familiares e Redes Sociais: percursos de vida numa perspectiva intergeracional” (2008-2011), coordenado por Karin Wall (ICS-UL), financiado pela FCT e que contou ainda com outras instituições participantes: a nível nacional o ISCTE-IUL e a nível internacional as universidades suíças de Genebra e Lausanne e a universidade lituana Mikolas Romerie. As equipas destes dois países estão a replicar o estudo tendo em vista a comparação dos resultados.

ⁱⁱ Idade limite para comparar a geração mais nova (à data da inquirição tinham ente 35 e 40 anos) com as anteriores.

ⁱⁱⁱ Inquérito Trajectórias Familiares e Redes Sociais (ICS-UL).

^{iv} Conhecidas através de perguntas colocadas apenas aos inquiridos desta geração: se ainda querem ter filhos, quantos e quando.

^v Para não comprometer a análise das circunstâncias da infecundidade, em virtude dos níveis residuais do fenómeno nas gerações de 1935-40 e 1950-55, optámos por dicotomizar a variável geração: gerações mais velhas (*infecundidade efetiva*) vs. geração mais nova (*infecundidade potencial*).

^{vi} A partir de uma escala de Likert: contribuiu/contribui “nada”, “pouco”, “alguma coisa”, “bastante” e “muito”. Para esta análise apenas importa destacar as posições “bastante” e “muito”, que são apresentadas de forma agregada.

^{vii} É destacado a azul o peso mais significativo de uma dada circunstância nas gerações mais velhas ou na geração mais nova (sig. $\leq 0,05$). Os restantes destaques não são estatisticamente significativos.